

Reinaldo Moraes

O Cheirinho do Amor

Crónicas Safadas

Olá

CARO LEITOR, estas crônicas foram escritas para a minha coluna na revista Status, de março de 2011 a maio de 2014. Apenas uma delas, «O desejo em dois tempos», não chegou a ser publicada. (Talvez, ao ler essa crônica, você faça uma ideia das razões que o meu lúcido editor alegou pra descartá-la.)

Quem se der ao trabalho de comparar os textos publicados na revista com estes do livro vai notar algumas diferenças, no geral pequenas e pontuais. Acontece que sou um reescritor compulsivo, e não há tarja preta que dê jeito nisso.

A Status, vale lembrar, é uma revista adulta voltada para o público masculino, razão pela qual eu estou sempre dialogando ali com um hipotético leitor homem, fato esse, no entanto, que não deveria desencorajar as mulheres a ler isso aqui. Ou, pelo menos, tentar.

R.M.

Retiro Criativo do Carvalho



NO FINAL DOS ANOS 80 DO SÉCULO XX do segundo milênio, um grande amigo, desses de uso diário, cansado de me ouvir reclamar de uma conjuntural falta de grana e de oportunidades de ganhá-la com relativa honestidade e regularidade dentro do meu métier, a escrita, num Brasil que emendava uma crise econômica atrás da outra, me disse: «Vou te levar pra conhecer o secretário.»

Eu tinha tido uma ideia oportunista feito o diabo para apresentar ao secretário, cândida picaretagem, que poderia me tirar do sufoco financeiro, ou assim sonhava o pessimista atávico que, em mim, tenta se passar por canhestro otimista. Era mais uma de minhas brilhantes ideias de merda, uma autêntica B.I.M., ou simplesmente bim, como eu as chamo no meu jargão idiossincrático. Imagino que todo mundo seja acometido de uma bim, vez por outra, mais uns que outros, é verdade. Normal. No meu métier, assim como no desse meu amigo, e até mesmo no do secretário, neguinho costuma ter uma bim atrás da outra. Se tem sorte e juízo, joga logo fora a bim, de modo a não perder tempo com ela. Mas sei de quem, por exemplo, tenha escrito duzentas, trezentas páginas de um romance fuleiro até se dar conta de que aquilo tinha sido mais uma de suas brilhantes ideias de merda.

O tal secretário era o Fernando Moraes, já na época renomado jornalista e autor de pelo menos dois livros que eu tinha

lido com grande admiração: *A Ilha*, escrito nos ainda ditatoriais anos 70 do século passado sobre a tão mitificada quão demonizada Cuba socialista, e *Olga*, que conta a vida da militante comunista Olga Benário, de origem alemã, mulher de Luís Carlos Prestes, presa e despachada pra Alemanha nazista pela ditadura de Getúlio Vargas pra morrer num campo de concentração. Moraes, que sempre teve um pé na política, emprestava ao PMDB sua reputação intelectual e uma tinteira de esquerda aderindo como secretário de Estado da Cultura ao primeiro escalão do novo Governo de São Paulo, encabeçado por Orestes Quércia.

Ao entrar com meu amigo no gabinete, todas as minhas dúvidas sobre como me comportar diante de um secretário de Estado dissiparam-se no ato diante da simpatia e afabilidade tipicamente mineiras do homem. Depois de nos cumprimentar efusivamente ao rés do chão, o secretário apoltronou-se atrás de sua escrivaninha senhorial, de alguma madeira de lei escura, tudo assente num estrado monárquico que alçava a sua autoridade uns dois palmos acima do comum dos contribuintes. Ao fundo, pendurada na parede, entre as bandeiras do Brasil e de São Paulo, uma foto do novo governador prognata e ex-narigudo (fez plástica e ganhou um nariz estilo tobogã) que, a julgar pelo noticiário, vivia enrolado num punhado de escândalos típicos da governabilidade hodierna, como licitações fajutas e superfaturamento de obras e compras públicas.

Depois de uma conversa genérica, meu diligente amigo tratou de sintetizar minha não exatamente vasta biografia como escritor, dois romancinhos finos que mal paravam de pé se escorando mutuamente na estante, e o meu ainda mais modesto currículo universitário, resumido a um diploma em administração de empresas, duas faculdades começadas e abandonadas (ciências sociais e jornalismo) e um curso de mestrado em teoria literária que acabou não resultando em tese, pois tive que me virar na vida e fiquei

sem tempo de me afundar no estudo. Mas prometo escrever uma tese na próxima encarnação, se eu não voltar à Terra como um tatu-bolinha míope. Num esforço nada sutil de venda da minha pessoa, meu amigo procurava convencer o secretário de que eu estava gabaritado a apresentar uma proposta cultural ao Governo do Estado, preparando o terreno pro meu bote.

O secretário, de camisa social e gravata – o paletó repousava pendurado num cabide ao nível do chão, como a indicar que, apesar do estrado autocrático, era dali mesmo, do chão pisado pelos humanos de plantão na crosta terrestre que ele provinha –, o secretário, eu dizia, tirava roliças baforadas de um *puro* legítimo (presente pessoal do Fidel, segundo me contara antes o Prata), aguardando a exposição do meu projetinho oportunista, que outro não era senão uma espécie de Embraletras financiada pelo governo paulista. Ou melhor, uma Paulisteratur, como sugeri, meio de sarro, meio a sério, inspirando-me na famigerada Paulipetro do Maluf, o governador anterior, que havia, segundo uma torrente de denúncias na imprensa, torrado algo como dois bilhõezinhos de dólares, em valores da época, sacos dos cofres do estado de São Paulo, quando era governador biônico, sem tirar do solo um único dedal de petróleo, mas engordando as contas bancárias de muitos correligionários, além da sua própria.

Eu via, pela cara dele, que o secretário não tinha se emocionado em demasia com a minha Paulisteratur, nome desgraçado de ruim. Mesmo assim, perorava em defesa do meu projeto, disparando perdigotos marrons de cafezinho pra cima da barba do secretário do outro lado da mesa, os quais não chegavam a atingi-la, barrados que eram pela espessa cortina de fumaça cubana. Meu principal argumento era: se a curriola do cinema podia, se a turma do teatro podia, se até artistas plásticos e gente de circo podiam viver de verbas públicas, visto que havia na secretaria departamentos específicos para o fomento dessas artes todas, por que

escritores não poderiam também mamar nas burras públicas? E sendo que custear a escrita de um livro por um ou dois anos sairia muito mais barato do que fazer um filme nacional «de arte» que, ótimo ou ruim, quase ninguém ia ver nos cinemas, com raríssimas exceções. Bastava, pois, uma canetada certa do fumegante secretário da Cultura pra eu me ver de alguma forma embraletrado. Ou paulisteraturado (putz!). Pagaria umas contas. Comerias umas pizzas. Teria mais tempo pra escrever. Ia ser bacana.

Meu interesse ali tinha dois alvos simultâneos, mas excluídos. Eu tanto aspirava a ser beneficiário de uma tal mamata quanto insinuava pro Fernando Moraes que eu mesminho poderia vir a ser o gestor do programa de bolsas literárias dentro da secretaria, o que vingasse primeiro. Minhas chances me pareciam razoáveis ali. Afinal, meu amigo Prata, amado e festejado dramaturgo, telenovelistas e cronista, que administrava o departamento de fomento ao teatro da secretaria, tinha me levado pela mão até o titular da pasta, que me concedera aquela audiência. Ponto pra mim. E o sr. secretário, em sua calorosa informalidade, tinha ido com a minha cara, pelo jeito. Não a ponto de me convidar pra tomar mojitos em Cuba com ele, na sua próxima viagem à ilha do Fidel, mas, de qualquer maneira, começava a prestar um pouco mais de atenção na minha exposição. Por um momento, tive a impressão de que a minha conversinha fiada de Paulisteratur tinha despertado no homem algum tipo de conexão com outras carminholas lá da cabeça dele. Em outro momento, achei que o próprio cabide com o paletó do secretário me acenava com sua penca de hastes vagas, como que me convidando a me enganchar numa delas. *Allea jacta est*, suspirei no meu parco latim, ao término da minha arenga.

Depois de deixar minha proposta defumando por uns instantes no fumacê de seu charutão cubano, o secretário puxou um pigarrinho burocrático e nos contou que, por grande coincidência,

andava cozinhando uma ideia bastante aparentada com a minha. A coisa toda tinha a ver com o falecido arquiteto, designer, artista plástico, escritor e grande provocador, Flávio de Carvalho, o mesmo que tinha andado na contramão de uma procissão no centro de São Paulo, nos anos 50, e de chapéu ainda por cima, atitude considerada sacrílega na época, o que quase lhe valera um linchamento. Em outra ocasião, o artista dera umas bandas no movimentado centro comercial paulistano trajando uma indumentária «new look», como ele chamava sua proposta de roupa para o homem tropical, composta de saio largo, blusa larga, mangas abertas no sovaco pra ventilar e sandálias vazadas que lhe davam, no conjunto, um divertido ar de espadachim renascentista, para grande escândalo das virilidades auriverdes.

Pois esse mesmo Flávio de Carvalho, explicava o secretário, havia projetado e construído na sua fazenda, em Valinhos, a uns 70 km de São Paulo, uma sede de figurino modernista concluída em 1938. Era a famosa fazenda Capuava, que ainda pertencia à família Carvalho. A Capuava, tombada pelo patrimônio histórico em 1982, foi dos poucos projetos arquitetônicos do polêmico artista a saírem de fato do papel, e, dizem os entendidos, o mais importante. O caixotão de concreto aparente, que, de frente, com sua um tanto íngreme escadaria de acesso, me lembra um templo sacrificial maia, tem catorze cômodos ao todo, com uma boa meia dúzia de quartos e um amplo salão, além da piscina externa. Na época em que fui ver o secretário, a Capuava, segundo ele, padecia de um triste abandono, carecendo de um restauro em regra.

A ideia do Fernando Morais era fazer o Estado comprar a fazenda Capuava da família Carvalho, restaurar a sede e transformar o lugar numa espécie de centro de acolhimento de escritores mais ou menos desvalidos – poetas e dramaturgos inclusos – em busca de refúgio grátis para escrever em paz, com direito a aposentos privativos, roupa lavada e rango de primeira. Cônjuges,

amantes e filhos não seriam admitidos, para garantir a tal paz. E os agraciados com a mordomia ainda receberiam um auxílio em dinheiro, de modo a abduzi-los temporariamente do mercado de trabalho.

Putsgriila, explodi em êxtase demodê. Que ideia du caralho! Bem melhor que a minha, com a vantagem de oferecer o álbi perfeito para um escritor casado e com filhos dar um tempo do lar e entregar-se de corpo e alma às musas, longe da família, num pequeno paraíso a uma hora de carro ou ônibus de São Paulo.

As musas, sim, as musas. Entusiasmado até à raiz dos pentelhos pela grande e altamente factível ideia do secretário-escritor, liberei-me pra dar uns pitacos visando aprimorá-la. Pra começar, mister se faria liberar o uso de todo e qualquer tipo de substância controlada ou ilícita nas dependências da fazenda e da sede. Escritores sempre estiveram às voltas com paraísos artificiais, e a fazenda do Flávio de Carvalho deveria fazer as vezes de uma pequena Amsterdã tropical para gáudio de seus hóspedes criativos. Mais importante que isso, as longas horas de confinamento e solidão que os escritores e poetas iriam enfrentar na fazenda modernista seriam em grande medida aliviadas pela presença de um contingente de gentis alunas e alunos de cursos de Letras de todo o estado, jovens arregimentados e selecionados em rigoroso concurso público visando mensurar-lhes o cabedal cultural em paralelo com seus atributos, digamos, paisagísticos.

Devidamente familiarizados com as obras dos autores abrigados na casa, e também com o repertório básico da literatura nacional e mundial, os brotinhos-cabeça funcionariam como *sparrings* intelectuais, isto é, como musas e musos operacionais capazes de debater com os autores questões relacionadas a técnicas narrativas, processo criativo, novas mídias e sua influência nas artes, e mais qualquer outra questão ou tema de interesse para o nobre fazer literário. Ou seja, o bravo romancista, contista, poeta ou

dramaturgo contaria com a delicada e dedicada presença ao seu lado de algum clone da Scarlett Johanson ou do Cauã Reymond em seus verdes anos, ao gosto do freguês, para discutir com ela ou ele, *en privé*, a crise da subjetividade na era pós-joyciana, ou ainda o erotismo anal em Sade, Bataille e Adelaide Carraro, ou até mesmo as múltiplas interfaces da moderna prosa poética de inspiração baudeleriana com a filosofia de Hegel, Heidegger e, sobretudo, Steinhager.

Isso tudo, tomando um bellini ou um kir royal à beira da piscina, ou traçando um leitãozinho pururuca à mesa do jantar regado a vinhos e licores da mais fina procedência. Ou mesmo no recôndito aconchegante da alcova, queimando um hash marroquino harmonizado com a melhor cachaça da terra, entre eventuais sussurros e carícias íntimas. («Puxa, baby, que lindas redondilhas você esconde debaixo da camiseta!» / «Brigada, bem. Seu ponto de exclamação também é deveras apreciável!»)

As e os M.O. (musas e musos operacionais, só pra lembrar) ficariam vinte e quatro horas por dia à disposição dos escritores, num esquema informal de rodízio, estando apenas vetados, tanto quanto possível, os arroubos de paixão e ciúmes de parte a parte. A mim parecia óbvio que um tal serviço de bordo contribuiria sobremaneira para o aumento das taxas de inspiração e demais hormônios das e dos escribas de todas as inclinações libidinais, com grande benefício para a literatura brasileira contemporânea como um todo, e pra paulista em particular. Seria, de todo jeito, uma experiência inovadora, estimulante para a criação literária e, por que não?, tesuda pra dedéu.

A essa altura da entusiástica exposição das ideias que me brotavam como jorros de gêiser, o secretário e o Prata, apesar de não parecerem levar muito a sério minhas propostas, passaram a disparar contribuições para aperfeiçoar o projeto do retiro literário com M.O. e baratos afins. E a conversa rolou solta e sumamente

jocosa. Alguém sugeriu, por exemplo, que a fazenda do Flávio de Carvalho deveria ganhar o nome oficial de «Retiro Criativo do Carvalho», ao que outro de nós, não lembro quem (e, se lembrasse, não diria), obtemperou, provocando gargalhadas, que tal denominação, com aquelas musas todas rondando o ambiente, logo ia virar, nas asas da galhofa, o «Retiro Procriativo do Caralho».

Vi quando o secretário conferiu no relógio de pulso as horas, com cara de quem deveria e gostaria de já estar almoçando. Em termos regimentais, nossas gargalhadas eram lícitas, eu supunha, já que estávamos devorando a horinha e meia de almoço do Fernando, e não o tempo sagrado do expediente. Até mesmo secretários da Cultura têm que se divertir de vez em quando, por incrível que pareça. Em alguns momentos, julguei ler em seus olhos, se não foi em seu bigode & barba aromatizados a charuto, a indagação que ele devia estar se colocando a si mesmo: onde o Prata foi arranjar esse maluco que me vem aqui na Secretaria da Cultura falar de «Paulisteratur», «musas operacionais», «Retiro Procriativo do Caralho» e demais pataquadas afins?

Mas agora era o próprio Mário Prata quem não deixava a peteca absurdista cair, sugerindo que se contratassem também equipes de nado sincronizado, aquela modalidade esportiva em que lindas mocinhas afundam na piscina de ponta-cabeça deixando pra fora só os mimosos pezinhos dançarinos. Tal espetáculo contribuiria para dar algum movimento à paisagem e, dessa forma, atenuar um pouco a monotonia rural. Além de exímias sincronadoras, as princesinhas da piscina saberiam declamar Camões e Drummond, até debaixo d'água, sendo também capazes de diferenciar, sem titubeios, uma metonímia de uma jaca matura no pé.

O secretário adorou a ideia do nado sincronizado, mas, homem de firmes convicções democráticas e socialistas, logo observou que os musos e musas deveriam incluir um percentual de gays

assumidos, de ambos os sexos, dispostos a eventual e consensualmente contracenar na intimidade com escritores e escritoras igualmente gays. Todos concordámos, sem pestanejar. O Retiro Procriativo do Caralho deveria situar-se na vanguarda da modernidade comportamental, sem sombra de dúvidas.

Nada disso vingou, como é óbvio. Nem sei se, com essa distância no tempo, daria pra passar um atestado de veracidade absoluta quanto aos detalhes daquela conversação histórica no gabinete do secretário da Cultura, tais como os relatei aqui. Passo, no máximo, um atestado de verossimilhança, que já tá muito bom.

Fiquei anos sem rever o Fernando Moraes, que também não durou muito na secretaria, até onde me lembro. Tampouco conheço a fazenda Capuava, que, segundo me consta, ainda tá lá, em Valinhos, sem retiro criativo, sem musas operacionais e sem nado sincronizado. Acho que virou uma espécie de museu, não sei. (Mas o mr. Google deve saber, fale com ele.) Também não fui aqui-nhoado com nenhuma bolsa literária ou cargo de assessor cultural. Fui apenas cuidar da vida, de algum jeito que não lembro agora. Sei é que, às vezes, acordo de noite, pálido de espanto e teso de tesão, pondo-me a devanear com o natimorto Retiro Procriativo do Caralho, edênico devaneio paraestatal enterrado pra sempre no futuro do pretérito.